



SEÇÃO ARTIGO

Perfil dos estudantes com deficiência visual pelo Censo Escolar — Brasil, 2008-2015

Profile of students with visual impairment by School Census — Brazil, 2008-2015

Sérgio Henrique Almeida da Silva Júnior¹

Fábio Brandolin²

Vladimir Schuindt da Silva³

RESUMO

A deficiência visual (DV) compromete 2,2 bilhões de pessoas no mundo, com reflexos na rede regular de ensino brasileiro. Objetivou-se descrever o perfil dos estudantes brasileiros com DV entre 2008 e 2015. Trata-se de um estudo descritivo, que utilizou dados do Censo Escolar. Avaliou-se a associação entre DV e indicadores socioeconômicos e demográficos por meio dos testes Qui-quadrado, não paramétrico de Wilcoxon e a correlação linear de Spearman. Dos 51 milhões de estudantes no Brasil, entre 2008 e 2015, 53.760 tinham DV. O IDH, PIB e o número de médicos por 100.000 habitantes correlacionaram-se positiva e significativamente à taxa de “alguma deficiência”, no entanto a taxa de DV mostrou-se correlacionada negativamente com os mesmos indicadores. A maioria dos alunos com DV foi do sexo feminino (50,2%), da raça parda (41,3%), da EJA (39,8%), com média de 25,3 anos de idade, da rede municipal de ensino (71,3%) e da Região Nordeste do país (52,7%). O perfil evidenciado sugere a urgência de ações estratégicas de iniciativas políticas e educacionais que levem em conta as disparidades sociais na população de escolares com DV no Brasil.

Palavras-chave: Educação especial. Deficiência visual. Inclusão.

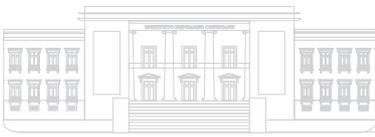
ABSTRACT

Visual impairment (VI) affects 2.2 billion people worldwide, with repercussions on the regular Brazilian education network. The objective was to describe the profile of Brazilian students with VI between 2008 and 2015. This is a descriptive study, which used data from of the School Census. The association between VI and socioeconomic and demographic indicators was assessed using the Chi-square, non-parametric Wilcoxon tests and Spearman's linear correlation. Of the 51 million students in Brazil between 2008 and 2015, 53.760 had VI. The HDI, GDP and the number of doctors per 100.000 inhabitants correlated positively and significantly with the rate of “some disability”, however, the VI rate was negatively correlated with the same indicators. Most students with VI were female (50.2%), brown race (41.3%), youth and adult

1 Instituto Benjamin Constant (IBC)
Doutor em Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).
E-mail: sergio.edfisica@gmail.com

2 Instituto Benjamin Constant (IBC)
Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
E-mail: fabiobrandolin@hotmail.com

3 Instituto Benjamin Constant (IBC)
Doutor em Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).
E-mail: vladimirschuindt@hotmail.com



education (39.8%), with an average age of 25.3 years old, of the municipal education network (71.3%) and the Northeast Region in the country (52.7%). The evidenced profile suggests the urgency of strategic actions of political and educational initiatives that take into account social disparities in the population of students with VI in Brazil.

Keyword: Special education. Visual impairment. Inclusion.

1. Introdução

O Brasil possui 210,1 milhões de habitantes, Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 7,3 trilhões (soma de todos os bens e serviços finais produzidos em um ano), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,761 (medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde, que varia de 0 a 1; quanto maior, mais desenvolvido o país; é medido anualmente) e a 79ª posição no *ranking* mundial, muito embora com Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD) de 0,574 (índice que mede a perda do desenvolvimento humano devido à distribuição desigual dos ganhos do IDH; em situação de igualdade perfeita, o IDH e o IDHAD são iguais; quanto maior a diferença entre os dois, maior a desigualdade) e a 102ª posição dentre os países avaliados no mundo (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019, 2020; INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2020).

O país é membro do Grupo de Washington sobre Estatísticas das Pessoas com Deficiência (Washington Group on Disability Statistics); o objetivo de padronizar o levantamento das estatísticas das pessoas com deficiência – aquelas que têm impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. Utilizam-se as pesquisas domiciliares e os censos populacionais, como o Censo Demográfico (CD) e o Censo Escolar (CE) – levantamento estatístico-educacional de âmbito nacional realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) –, que dentre as diversas informações obtidas, é possível conhecer os números da evolução das matrículas dos alunos que possuem deficiências (BRASIL, 2008, 2009, 2010; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2020).

O CD 2010 pesquisou as deficiências visual, auditiva e motora, com seus respectivos graus de severidade, e, também, mental ou intelectual, e identificou a deficiência visual (DV) como a que mais incidiu sobre a população brasileira, em que 35.774.392 pessoas declararam ter dificuldade para enxergar, mesmo com o uso de óculos ou lentes de contato, o que equivale a 18,8% da população brasileira. Desse total, 6.562.910 pessoas apresentaram DV severa, sendo



que 506.337 eram cegas (0,3% da população) e 6.056.533 tinham grande dificuldade para enxergar (3,2%) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Destarte, a constatação do aumento, anual, de estudantes com DV na rede regular de ensino brasileiro (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2020), com acesso e permanência assegurados segundo a Constituição Federal (BRASIL, 1988), regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) estão embasados nos Princípios da Inclusão Educacional (UNESCO, 1994).

No mundo são 2,2 bilhões de pessoas vivendo com DV ou falta de visão e doenças oculares, que relacionadas à idade afetam as oportunidades econômicas e educacionais, reduzem a qualidade de vida e aumentam o risco de morte (STEVENS et al. 2013; WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2019).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2013, 2019), a participação econômica e social das pessoas com deficiência depende tanto das condições de saúde como do ambiente físico, social e operacional no qual essas pessoas estão inseridas; o diagnóstico e a apresentação do lugar que o aluno com DV atualmente ocupa no Brasil são necessários para a implementação e/ou aperfeiçoamento de políticas públicas de inclusão no cenário educacional brasileiro.

O presente estudo tem como objetivo descrever o perfil dos estudantes com DV no Brasil de 2008 a 2015.

2. Métodos

O presente estudo caracteriza-se como descritivo, transversal, de abordagem quantitativa, que utilizou dados secundários, de domínio público, do perfil de alunos com DV no Brasil, originários do CE de 2008 a 2015 realizado pelo INEP em parceria com as secretarias municipais e estaduais de educação, e com a participação das escolas públicas e privadas de todo o país (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2020).

A escolha por esse recorte temporal justifica-se pelo fato de que antes de 2007 a unidade básica de coleta do CE era a escola, e depois passou para o aluno recolhendo um número maior de informações. Utilizou-se o código “FK_COD_ALUNO”, recebido pelo aluno quando entra no CE e o acompanha até o final do estudo, para obtenção da variável “alunos matriculados em cada ano”, retirando-se os casos duplicados.



As deficiências foram classificadas por declaração do responsável do estudante, e não por laudo médico (diagnóstico clínico), considerando-se que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem objetivo pedagógico e não clínico (BRASIL, 2014).

A variável dependente DV refere-se aos alunos com baixa visão (BV) e cegos.

Como variáveis independentes foram selecionados indicadores socioeconômicos e demográficos: idade (anos); sexo (masculino e feminino); raça (não declarada, branca, preta, parda, amarela e indígena); dependência administrativa (municipal, estadual, federal e privada); região (sudeste, nordeste, norte, sul e centro-oeste); ensino (infantil, fundamental, médio, técnico, Educação de Jovens e Adultos – EJA e em branco); IDH, PIB e número de médicos por 100.000 habitantes.

As taxas de matrículas específicas para alunos com alguma deficiência, com DV, com BV e cegos foram calculadas a partir do quociente entre cada ano e o total de matrículas gerais multiplicado por 1.000.

Empregou-se estatística descritiva (frequência relativa e absoluta, média e desvio padrão – DP) e inferencial. A associação entre DV e as variáveis categóricas (sexo, raça, dependência administrativa, região e ensino) e a variável contínua idade foram verificadas por meio dos testes Qui-quadrado e não paramétrico de Wilcoxon, respectivamente. A associação entre a DV e IDH, PIB e número de médicos por 100.000 habitantes foi verificada por meio da correlação linear de Spearman, eliminando municípios com taxa de matrícula igual a zero. Foi adotado um nível de significância de 5% para os procedimentos inferenciais.

Os dados foram analisados por meio do *software* “R” versão 3.4.3 (R CORE TEAM, 2012).

Não houve registro nem avaliação de um protocolo de pesquisa do presente estudo pelo sistema Comitês de Ética em Pesquisa (CEP)/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde do Brasil, de acordo com o incisos II a V do Parágrafo único do art.1º da Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016 (BRASIL, 2016).

3. Resultados

Cerca de 51 milhões de novas matrículas foram realizadas no Brasil entre 2008 a 2015. Das quais 13,2% (53.760/406.073), 11,4% (46.319/406.073) e 1,8% (7.441/406.073) correspondem a alunos com DV, BV e cegos, respectivamente. As taxas de matrículas apresentaram-se com certa regularidade ao longo dos anos, muito embora, apesar de modesta, houve uma queda nos dois últimos anos consecutivamente para todas as condições de alunos (Tabela 1).



Tabela 1. Distribuição das matrículas totais e de alunos com alguma deficiência, deficiência visual, baixa visão e cegos no Brasil, 2008 a 2015

Ano	Matrículas N	AD n (TM)	DV n (TM)	BV n (TM)	Cego n (TM)
2008	12.130.898	105.519 (8,70)	13.607 (1,12)	11.779 (0,97)	1.828 (0,15)
2009	7.476.919	57.150 (7,64)	8.790 (1,18)	7.719 (1,03)	1.071 (0,14)
2010	6.414.239	51.325 (8,00)	8.457 (1,32)	7.394 (1,15)	1.063 (0,17)
2011	5.444.605	42.517 (7,81)	6.324 (1,16)	5.478 (1,01)	846 (0,16)
2012	5.131.658	41.589 (8,10)	4.871 (0,95)	4.093 (0,80)	778 (0,15)
2013	5.116.906	39.553 (7,73)	5.335 (1,04)	4.600 (0,90)	735 (0,14)
2014	4.831.652	36.393 (7,53)	3.467(0,72)	2.857 (0,59)	610 (0,13)
2015	4.284.417	32.027 (7,48)	2.909 (0,68)	2.399 (0,56)	510 (0,12)
TOTAL	50.831.294	406.073 (7,99)	53.760 (1,06)	46.319 (0,91)	7.441 (0,14)

AD: Alguma deficiência; DV: Deficiência visual; BV: Baixa visão; TM: Taxa de matrícula.
Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

No Brasil, no período de 2008 a 2015, a deficiência mais frequente foi a intelectual (45,3%), seguida da física (17,6%), visual (13,2%), auditiva ou surdez (9,5%) e autismo (5,3%) (Figura 1).

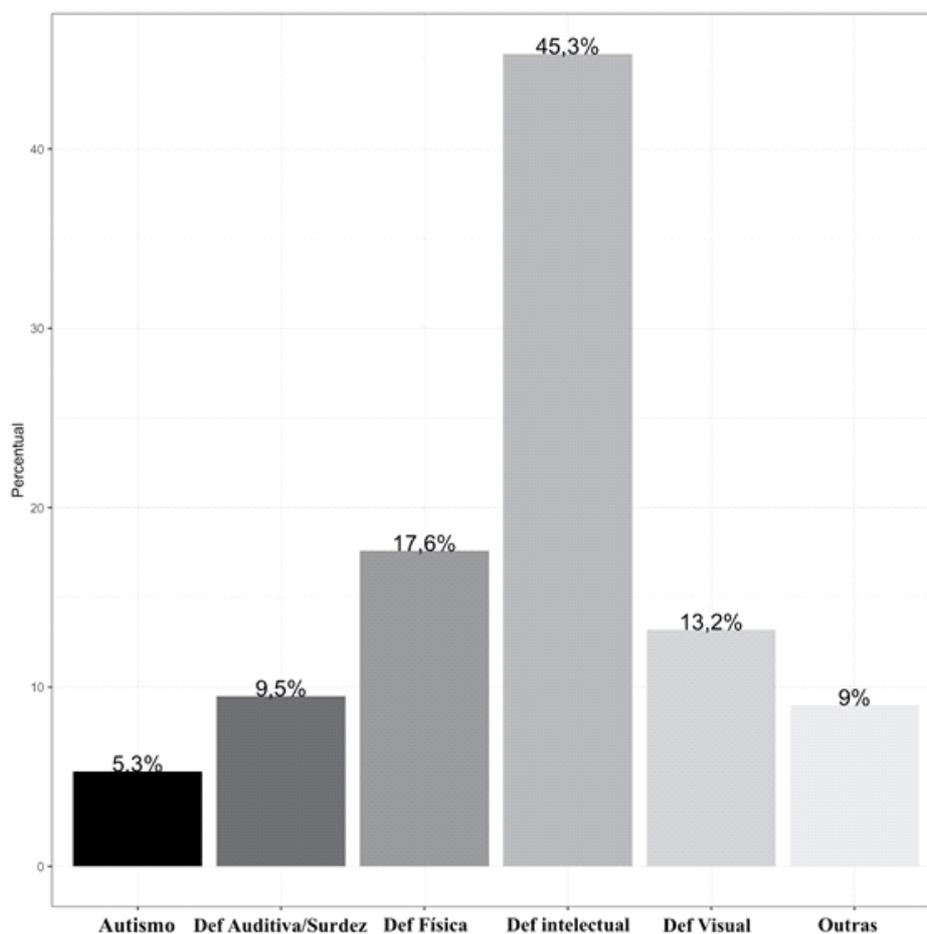


Figura 1. Distribuição das deficiências no Brasil, 2008 a 2015.
Fonte: Elaborado pelos autores (2019)



A taxa média de matrícula de alunos com alguma deficiência foi de 9,4 por 1.000 (DP = 8,6 por 1.000) e de alunos com DV foi de 1,4 por 1.000 (DP = 4,3 por 1.000). O município com maior taxa de matrícula de alunos com alguma deficiência foi Iraí de Minas, em Minas Gerais (130,67 por 1.000), seguido pelo município de Jaguaripe, na Bahia (122,24 por 1.000) e Lagoa de Dentro na Paraíba (120,03 por 1.000). No caso da DV, a maior taxa de matrícula foi encontrada no município de Granjeiro, no Ceará (109,67 por 1.000), seguido pelo município de Lagoa de Dentro, na Paraíba (109,08 por 1.000) e pelo município de Jaguaripe, na Bahia (106,11 por 1.000).

O IDH, PIB e o número de médicos por 100.000 habitantes mostraram correlação positiva significativa com a taxa de alguma deficiência, porém de baixa magnitude. No entanto, a taxa de DV mostrou-se correlacionada negativamente com os mesmos indicadores (Tabela 2).

Tabela 2. Associação entre taxas de alunos com alguma deficiência, com deficiência visual e taxas de indicadores econômicos e de saúde

Variáveis	IDH	PIB	Médicos*
AD	0,14 ^a	0,11 ^a	0,08 ^a
DV	-0,16 ^a	-0,17 ^a	-0,31 ^a

IDH = Índice do desenvolvimento humano; PIB = Produto interno bruto; *por 100,000 habitantes; AD: Alguma deficiência; DV: Deficiência visual; ^a: p < 0,05. Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

A Tabela 3 apresenta a comparação entre alunos sem deficiência (n = 50.425.221), com alguma deficiência (n = 406.073) e com deficiência visual (n = 53.760). A média de idade entre os alunos com alguma deficiência foi de 14,8 anos e os maiores percentuais foram de homens (58,4%), da raça branca (37,7%), de matrículas na rede municipal de ensino (52,7%), de residentes na Região Nordeste do Brasil (33,3%) e de matriculados no Ensino Fundamental (35,6%). No entanto, em relação aos alunos com DV, a maioria foi do sexo feminino (50,2%), da raça parda (41,3%), da Educação de Jovens e Adultos – EJA (39,8%), com média de 25,3 anos de idade, da rede municipal de ensino (71,3%) e da Região Nordeste (52,7%) (Tabela 3).



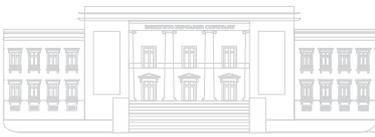
Tabela 3. Comparação entre alunos sem deficiência, com alguma deficiência e com deficiência visual

Variáveis	SD n (%)	AD n (%)	p valor	DV n (%)	p valor
Sexo					
Masculino	24.818.935 (49,2)	237.139 (58,4)	0,00*	26.792 (49,8)	0,00*
Feminino	25.606.286 (50,8)	168.754 (41,6)		26.968 (50,2)	
Raça					
Não declarado	18.067.814 (35,8)	116.834 (28,8)	0,00*	14.786 (27,5)	0,00*
Branca	12.810.399 (25,4)	128.756 (37,7)		12.889 (24,0)	
Preta	1.718.804 (3,4)	17.612 (4,3)		3.229 (6,0)	
Parda	17.244.500 (34,2)	139.413 (34,3)		22.201 (41,3)	
Amarela	206.346 (0,4)	1.929 (0,5)		317 (0,6)	
Indígena	377.358 (0,7)	1.529 (0,4)		338 (0,6)	
Idade	13,3 (13)***	14,8 (14)***	0,00**	25,3 (21)***	0,00**
DA					
Municipal	27.224.455 (54,0)	214.156 (52,7)	0,00*	38.309 (71,3)	0,00*
Estadual	11.679.993 (23,2)	67.104 (16,5)		8.914 (16,6)	
Federal	284.837 (0,6)	1.233 (0,3)		457 (0,9)	
Privada	11.235.936 (22,3)	123.580 (30,4)		6.080 (11,3)	
Região					
Sudeste	17.794.706 (35,3)	134.575 (33,1)	0,00*	10.899 (20,9)	0,00*
Nordeste	17.328.250 (34,4)	135.183 (33,3)		27.450 (52,7)	
Norte	5.848.651 (11,6)	45.271 (11,1)		6.090 (11,7)	
Sul	5.625.931 (11,2)	56.795 (14)		4.642 (8,9)	
Centro-Oeste	3.827.682 (7,6)	34.249 (8,4)		3.036 (5,8)	
Ensino					
Infantil	23.763.335 (47,1)	140.192 (34,5)	0,00*	11.293 (21,0)	0,00*
Fundamental	11.311.481 (22,4)	144.753 (35,6)		14.391 (26,8)	
Médio	3.469.031 (6,9)	7.691 (1,9)		1.844 (3,4)	
Técnico	2.418.220 (4,8)	2.627 (0,6)		745 (1,4)	
EJA	9.031.217 (17,9)	68.068 (16,8)		21.400 (39,8)	
Em branco	431.937 (0,9)	42.744 (10,5)		4.097 (7,6)	

SD = Sem deficiência; AD = Alguma deficiência; DV = Deficiência visual; EJA = Educação de Jovens Adultos; *: teste Qui-quadrado; **: teste de Wilcoxon; ***: Média (Desvio padrão); DA.: Dependência administrativa; EJA: Educação de jovens e adultos. Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

4. Discussão

O principal achado do presente estudo de base populacional, com amostra de todo o território nacional, foi a diferença entre os perfis de alunos não deficientes e com alguma deficiência em relação aos indicadores socioeconômicos e demográficos, corroborando os apontamentos do relatório mundial sobre deficiência, os quais afirmam que as pessoas com deficiência possuem diversos fatores pessoais, com diferenças em termos socioculturais e de-



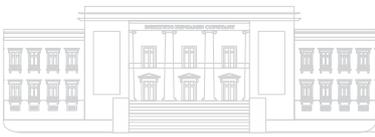
mográficos, e experimentam piores resultados socioeconômicos que as pessoas não deficientes (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2011).

A universalização tardia do Ensino Fundamental no Brasil contribui, em parte, à caracterização do perfil predominante dos alunos com DV do presente estudo: os mais velhos – evidência de defasagem idade-série; na EJA – compensação das falhas de escolarização na Educação Básica; e da Região Nordeste – historicamente com situação de vulnerabilidade na ordem de 80%, que reflete a precariedade ao acessar o Ensino Médio, mesmo com o crescimento constante dessa população, a cada ano, do número de matrículas na Educação Básica de maneira geral, que permite o questionamento sobre a oferta desse atendimento no país (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012; MOREIRA; CARVALHO, 2014; REBELO; KASSAR, 2018).

Nesse contexto, a DV associada negativamente com o IDH, PIB e o número de médicos por 100.000 habitantes expressa o caráter multidimensional da pobreza no território nacional, cuja significativa desigualdade social e econômica pode ser uma das principais causas dos problemas de saúde e da deficiência (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011; MARMOT et al., 2008; WORLD CONFERENCE ON SOCIAL DETERMINANTS OF HEALTH, 2012).

Muito embora os dados coletados neste estudo não permitam determinar as circunstâncias desse contexto, remetem à necessidade de se realizar outras investigações. Estudos que analisam as desigualdades nos sistemas educacionais nos mostram que famílias com características sociais, culturais e econômicas desfavorecidas apresentam maiores dificuldades para a conquista de uma trajetória escolar bem-sucedida. Uma série de fatores contribui para essa problemática; dentre eles podemos destacar o nível de escolaridade dos pais, o investimento e a valorização que as famílias direcionam para a educação dos seus filhos e a frequente interrupção nos estudos (BARBOSA, 2009; NERI, 2009; NOGUEIRA; CATANI, 2011; ZAGO, 2012).

De acordo com as nossas análises é possível relacionar, sem tomar como generalização, os alunos com DV majoritariamente presentes em um contexto social, cultural e economicamente desfavorecido. Nesse sentido, além da condição da classe social do aluno com DV, que por si só já impacta de forma negativa no sucesso da sua escolarização, somamos todo um processo de inclusão escolar no Brasil que ainda não atingiu um padrão de qualidade satisfatório na maior parte das escolas do país. Dentre as dificuldades existentes no cenário da inclusão dos alunos com deficiência nas escolas podemos citar as carências no processo de formação dos professores para o trabalho com alunos com deficiência, a falta de profissionais de apoio



especializados, a falta de materiais didáticos acessíveis para facilitar o processo de ensino e aprendizagem, e o cotidiano dos alunos com deficiência dentro das escolas (GLAT; PLETSCH, 2011; TAVARES; SANTOS; FREITAS, 2016; SILVEIRA; ENUMO; ROSA, 2012).

A partir desse diagnóstico temos um conjunto de condicionantes desfavoráveis ao processo educacional dos alunos com DV, impactando negativamente em suas trajetórias escolares. Esse quadro vem se traduzindo em um significativo atraso escolar dos alunos com DV, acompanhado pelos dados do CE.

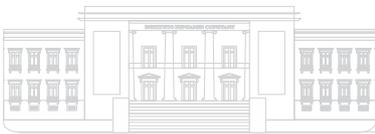
Desse modo, o panorama educacional das pessoas com DV, incluindo aquelas pertencentes aos povos e comunidades tradicionais (PCTs), precisa ser foco de debate nas produções científicas acadêmicas brasileiras, apesar de relativo avanço na produção e sistematização do conhecimento sobre DV e escolarização nas últimas décadas, e do que é estabelecido nos documentos e nas políticas públicas do Brasil. Nesse caso, as possibilidades de aprofundamento são várias; destacamos o maior aproveitamento de resultados dos estudos quantitativos no âmbito nacional (VALENTINI; BISOL; PAIM; EHLERS, 2019).

A principal limitação do estudo foi a utilização de dados censitários. Adicionalmente, o caráter transversal impossibilita estabelecer relações causais.

5. Conclusão

Com os achados do presente estudo, por meio de dados censitários, mesmo considerados limitados, não se pode desconsiderar que são determinantes na elaboração de políticas públicas educacionais, inclusive para as pessoas com deficiência. Pode-se concluir que houve certa regularidade das taxas de matrículas dos alunos com DV ao longo dos anos analisados, com aumento entre 2008 e 2010, porém com redução nos demais anos. Este panorama reflete a necessidade de ações ou políticas públicas educacionais brasileiras voltadas aos alunos com DV no ensino regular, mesmo com os avanços na legislação brasileira e em suas diretrizes à atenção da pessoa com deficiência, em especial relacionada ao caráter educacional.

No que se refere ao comparativo entre alunos sem deficiência, com alguma deficiência e com DV, ficou evidenciada uma disparidade em relação aos aspectos socioeconômicos e demográficos nesses grupos de pessoas. Além disso, foi possível observar um significativo atraso no processo de escolarização das pessoas com DV. Neste sentido, torna-se urgente um maior investimento público em recursos humanos, tanto em contratações como em capacitações, para que o aluno com DV tenha maior e mais qualificada atenção dentro dos muros escolares.



Acreditamos que só com um massivo investimento educacional a escola poderá evoluir com novas tecnologias e com uma equipe docente mais qualificada para um trabalho pedagógico de qualidade, voltado ao desenvolvimento do aluno com deficiência, impactando de forma positiva na sua trajetória escolar.

Cabe esclarecer que as análises, aqui apresentadas, tiveram intenção de demonstrar, por meio de dados estatísticos produzidos no âmbito nacional, um conjunto de reflexões que possam contribuir tanto para a elaboração e a implementação de políticas quanto para colaborar com estudos que analisem esses dados.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. L. de O. *Desigualdade e desempenho: uma introdução à sociologia da escola brasileira*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 mai. 2020.

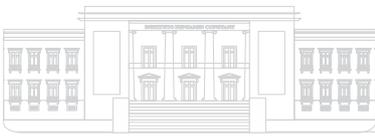
BRASIL. *Lei nº 9.394*, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 29 mai. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 6.425*, 04 de abril de 2008. Dispõe sobre o censo anual da educação. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6425.htm. Acesso em: 29 mai. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 6.949*, de 25 de agosto de 2009. Promulga a convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 01 jun. 2020.

BRASIL. *Nota técnica nº 04*, 23 de janeiro de 2014. Orientação quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar. Brasília, DF: Ministério da Educação, [2014].

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15898-nott04-secadi-dpee-23012014&category_slug=julho-2014-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 29 mai. 2020.



BRASIL. *Lei nº 13.146*, 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 29 mai. 2020.

BRASIL. *Resolução nº 510*, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais (CHS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, [2016]. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&data=24/05/2016&pagina=44>. Acesso em: 03 jun. 2020.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D. *Inclusão escolar de alunos com Necessidades Especiais*. Rio de Janeiro: EduERJ, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Resultados gerais da amostra do censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: http://prattein.com.br/home/images/stories/Direitos_da_Criana_e_do_Adolescente/resultados_gerais_amostra.pdf. Acesso em: 31 mai. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sinopse do censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49230.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2012*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv62715.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *IBGE divulga as estimativas da população dos municípios para 2019*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25278-ibge-divulga-as-estimativas-da-populacao-dos-municipios-para-2019>. Acesso em: 31 mai. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Produto interno bruto*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 5 jun. 2020.

INTERNATIONAL MONETARY FUN. *World economic outlook*. Washington, D.C.: IMF, 2020. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/04/14/weo-april-2020>. Acesso em: 31 mai. 2020.



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEXEIRA. *Censo escolar*. Brasília: INEP, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>. Acesso em: 29 mai. 2020.

MARMOT, M. et al. Closing the gap in a generation: health equity through action on the social determinants of health. *Lancet*, London, v. 372, n. 9650, p. 1661-1669, nov. 2008.

Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(08\)61690-6/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(08)61690-6/fulltext). Acesso em: 29 mai. 2020.

MOREIRA, L. C.; CARVALHO, A. P. de. (Des)continuidade nos estudos de alunos com deficiência na trajetória do Ensino Fundamental ao Médio: uma análise inicial dos microdados MEC/INEP. *Revista Educação Especial, Santa Maria*, v. 27, n. 49, p. 283-298, mai.-ago. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/9132/pdf>. Acesso em: 6 jun. 2020.

NERI, M. C. O paradoxo da evasão e as motivações dos sem escola. In: VELOSO, F.; PESSOA, S.; HENRIQUES, R. et al. (Org.). *Educação Básica no Brasil: construindo o país do futuro*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2009.

NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 2011.

R CORE TEAM. *R: a language and environment for statistical computing*. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. 2012. Disponível em: <http://www.R-project.org/>. Acesso em: 30 mai. 2020.

REBELO, A. S.; KASSAR, M. de C. M. Avaliação em larga escala e Educação Inclusiva: os lugares do aluno da Educação Especial. *Revista Educação Especial, Santa Maria*, v. 31, n. 63, p. 907-922, out.-dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/33107/pdf>. Acesso em: 6 jun. 2020.

SILVEIRA, K. A.; ENUMO, S. R. F.; ROSA, E. M. Concepções de professores sobre inclusão escolar e interações em ambiente inclusivo: uma revisão da literatura. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 18, n. 4, p. 695-708, dec. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382012000400011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 9 jun. 2020.

STEVENS, G. A. et al. Global prevalence of vision impairment and blindness: magnitude and temporal trends, 1990-2010. *Ophthalmology*, Philadelphia, v. 120, n. 12, p. 2377-2384, dez. 2013. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0161642013004806>. Acesso em: 29 mai. 2020.



TAVARES, L. M. F. L.; SANTOS, L. M. M. dos; FREITAS, M. N. C. A Educação Inclusiva: um estudo sobre a formação docente. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 22, n. 4, p. 527-542, oct.-dec. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382016000400527&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 9 jun. 2020.

UNESCO. *Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais*. Salamanca, 1994. Disponível em: [http://pnl2027.gov.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaracao_Salamanca.pdf](http://pnl2027.gov.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaracao_Salamanca.pdf). Acesso em: 29 mai. 2020.

VALENTINI, C. B.; BISOL, C. A.; PAIM, L. dos S. et al. Educação e deficiência visual: uma revisão de literatura. *Revista Educação Especial, Santa Maria*, v. 32, n. 62, p. 1-20, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/33154/33154>. Acesso em: 6 jun. 2020.

WORLD CONFERENCE ON SOCIAL DETERMINANTS OF HEALTH: MEETING REPORT, 2011, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: World Health Organization, 2012. 80 p. Disponível em: https://www.who.int/sdhconference/resources/Conference_Report.pdf?ua=1. Acesso em: 30 mai. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *World report on disability 2011*. Geneva: WHO, 2011. Disponível em: https://www.who.int/sdhconference/resources/Conference_Report.pdf?ua=1. Acesso em: 9 out. 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *How to use the ICF: a practical manual for using the International Classification of Functioning, Disability and Health (ICF)*. Exposure draft for comment. Oct. 2013. Geneva: WHO, 2013. Disponível em: <https://www.who.int/classifications/drafticfpracticalmanual.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *World report on vision 2019*. Geneva: WHO, 2019. Disponível em: <https://visionimpactinstitute.org/wp-content/uploads/2019/10/WHO-World-Report-on-Vision-2019.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2020.

ZAGO, N. A relação escolar-família nos meios populares. Apontamentos de um itinerário de pesquisas. In: DAYRELL, J.; NOGUEIRA, M. A.; RESENDE, J. M. et al. (Org.). *Família, escolar e juventude: olhares cruzados Brasil-Portugal*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

Recebido em: 7.11.2019

Reformulado em: 16.6.2020

Aprovado em: 21.7.2020